



NÍVEIS DE RIQUEZA AO FIM DO ESCRAVAGISMO EM ALFENAS E FORMIGA, 1880-1888.

M.e Juliano de Melo GREGÓRIO¹; Dr. Isaac Cassemiro RIBEIRO²

RESUMO

O presente estudo examina a riqueza nas regiões de Alfenas e Formiga no contexto econômico de Minas Gerais, marcado, inicialmente, pelas atividades de mineração, mercantis e agropastoris de abastecimento nas áreas centrais e, sobretudo, ao longo do século XIX, pela expansão agrícola em áreas de fronteiras. Utilizando métodos de História Econômica e Análise de Dados, foi criado um banco de dados a partir de inventários post-mortem acessados na plataforma FamilySearch. Os resultados fornecem indicativos preliminares sobre a economia do período nas duas regiões.

Palavras-chave:

História Econômica; Sul de Minas Gerais, Inventários.

1. INTRODUÇÃO

Este estudo apresenta os resultados iniciais da pesquisa de iniciação científica intitulada “Do Rio das Mortes ao Oeste e Sul de Minas: diferenciação regional, níveis de riqueza e distribuição fundiária (1777 - 1888)”, desenvolvida no âmbito do Grupo de Estudos em Cultura Material (GPCM), sediado no IFSULDEMINAS – campus Machado. No presente texto examinamos os níveis de riqueza nas regiões de Alfenas e Formiga, em Minas Gerais, durante o período de 1880 a 1888, marcado pelo fim do regime escravista. Ao longo dos séculos XVIII e XIX, essas áreas foram profundamente influenciadas pela atividade de mineração, transformando-se, primeiramente, em paradas estratégicas ao longo das rotas comerciais da província e, paulatinamente, tornaram-se um atrativo para migrantes, provenientes de regiões mais densamente povoadas da província, de outras áreas do Brasil, e mesmo de imigrantes estrangeiros.

A pesquisa é norteada pelos debates da História Econômica de Minas Gerais, empregando métodos da História Quantitativa e Análise de Dados de Sistemas de Informação. Dessa forma, foi possível compilar um banco de dados abrangente com informações extraídas dos inventários post mortem. A documentação consultada durante o estudo está disponível na plataforma FamilySearch, permitindo acesso público a esses registros. A disponibilização do banco de dados facilitará a disseminação do conhecimento histórico e a promoção de futuras pesquisas sobre o período estudado. Os resultados obtidos revelam indicativos preliminares sobre os níveis de riqueza ao final do período escravista nessas regiões específicas, contribuindo para a compreensão mais ampla do contexto econômico e social da época.

¹Bolsista PIBIC/CNPq, IFSULDEMINAS – Campus Machado. E-mail: juliano.gregorio@alunos.ifsuldeminas.edu.br.

²Orientador, IFSULDEMINAS – Campus Machado. E-mail: isaac.ribeiro@ifsuldeminas.edu.br.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A tese de doutoramento "Comerciantes, fazendeiros e formas de acumulação em uma economia escravista-exportadora no Rio de Janeiro: 1790-1888" de João Luis Ribeiro Fragoso, publicada em 1990, representou uma importante mudança no campo da História Econômica brasileira ao introduzir o conceito de acumulação endógena de capitais no Brasil Colonial e Imperial. Fragoso enfatizou o crescimento das atividades mercantis não ligadas diretamente ao mercado exportador, que resultou na formação de um capital significativo por parte de seus agentes. Antes desse período, as obras sobre a História Econômica do Brasil tendiam a considerar a produção de abastecimento apenas como subsidiária daquela destinada à exportação (FRAGOSO, 1998). Desde 1990, várias pesquisas têm se dedicado a elucidar a dinâmica econômica de Minas Gerais em uma perspectiva regionalizada. Estudos como "A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais" de Afonso de Alencastro Graça Filho (2002) e "Elites regionais e a formação do Estado Imperial Brasileiro" de Marcos Ferreira de Andrade (2014) destacaram a diversificação das atividades agropastoris e comerciais na acumulação de riqueza em diferentes regiões do estado, como São João del Rei e Campanha da Princesa. Essas obras tornaram-se importantes referências teóricas para a compreensão do processo de formação de fortunas no Sul de Minas Gerais.

3. MATERIAL E MÉTODOS

Para os propósitos deste estudo, foram analisados os inventários post-mortem dos municípios de Alfenas e Formiga, tendo em vista que esse gênero de documentação é passível de seriação e quantificação, permitido assim a identificação de ações individuais e coletivas que se desenrolam no tempo e no espaço. Dito de outra forma, esses documentos são importantes materiais de estudo, característicos, sobretudo, nos estudos de História Econômica e Quantitativa. Especificamente para este estudo, foram transcritos, em um banco de dados (Microsoft Access) os montes-mores (brutos e líquidos) bem como o número de escravos registrados nos inventários post mortem dos municípios estudados. Tais documentos, originários dos antigos acervos dos fóruns municipais, foram recolhidos a "Coordenação de Arquivo Permanente" (COARPE), órgão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG). Grande parte desses documentos, sobretudo os inventários, foram digitalizados em parceria com o site FamilySearch (FS) e são disponibilizados online. Até o momento desta publicação, foram computados para município de Alfenas 144 inventários e para Formiga 151, somando, portanto, 295 registros entre os anos 1880 a 1888. Esse acervo, para os objetivos deste resumo, foi seriado em níveis de riqueza e de posse escravista que permitiram algumas análises preliminares sobre a composição das fortunas nas regiões estudadas. Por sua vez, no que se refere a categorização das fortunas, o processo de seriação está teoricamente e metodologicamente alinhado ao estudo "Bahia, século XIX: uma província no Império", desenvolvido pela historiadora Katia Mytilineou de Queirós Mattoso

(1992). Os patamares de riqueza estabelecidos por esse estudo foram extrapolados em outras análises históricas, dentre elas as pesquisas de Graça Filho, por exemplo; ao passo que a classificação dos parâmetros de posse escravista foram baseados na supracitada obra de Andrade (2014).

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Até o momento, a análise dos registros do banco de dados permite postular que havia, entre 1880-1888, uma tendência de concentração das fortunas nas regiões estudadas. Tendo em vista que cada monte-mor arrolado foi classificado em um dos seguintes patamares de riqueza: 77:500 a 2:000\$000, 2:000\$001 a 5:000\$000, 5:000\$001 a 10:000\$000, 10:000\$001 a 50:000\$000, 50:000\$001 a 100:000\$000 e maior que 100:000\$001 (contos de réis), as fortunas superiores a 50:000\$000 concentram 47% de toda riqueza listada no período, embora, elas pertençam apenas 7% dos inventariados. Quando analisados separadamente, em Formiga os cabedais se apresentam ligeiramente mais concentrados que em Alfenas. Cerca de 5% dos inventariados formiguenses detinham aproximadamente 49% da riqueza descrita, já esses indicativos alfenenses eram de 9% e 46% respectivamente.

A análise da composição da mão de obra escrava permite observar que a ocorrência de pequenas escravarias eram predominantes no contexto da documentação estudada. Uma vez que a posse de escravizados foi estruturada nas seguintes categorias: 1 a 5, de 6 a 19 e superior a 20 escravizados, 39% dos inventariados senhores de escravos das duas regiões estudadas possuíam até 5 cativos. Adicionando a esse indicador o percentual de inventariados que não possuíam escravizados (37%), pode-se, até mesmo, aferir que, ao ocaso da escravidão, a posse de cativos poderia estar em declínio, tanto, em Alfenas, quanto, Formiga, considerando que os valores percentuais das duas localidades são praticamente idênticos a somatória geral. Frente ao avanço do abolicionismo no Brasil oitocentista, e a intensificação do tráfico interno para áreas voltadas à agroexportação, uma hipótese razoável que justificaria esse modelo de composição da mão de obra escrava seria o fato das escravarias de menor porte serem mais suscetíveis a um eventual desmonte.

Em outra perspectiva, quando correlacionados os patamares de riqueza e sua respectiva somatória de escravizados, observa-se que as maiores fortunas concentram o maior número de braços cativos da região. Do total de 1205 escravizados, 77% foram arrolados em inventários que apresentaram fortunas superiores a 10:000\$001 contos de réis. Não obstante a complexidade de uma análise histórica acerca dos preços e os limites do escopo deste resumo, é possível afirmar que os cativos, de fato, possuíam um valor significativo frente a outros bens patrimoniais e, por isso, é razoável que o maior número de escravizados esteja associado às maiores fortunas. Contudo, as diferenças entre as distribuições dos números de escravizados nos inventários de Alfenas e Formiga podem fornecer alguns indícios acerca das atividades econômicas de cada uma delas. Os 13

inventariados alfenenses que possuíam fortunas superiores a 50:000\$001 contos de réis concentravam 39% de todos os cativos arrolados na documentação estudada referente à cidade, ao passo que, para o mesmo nível de riqueza, nos 8 registros formiguenses, concentram-se apenas 18% dos escravizados. Uma hipótese que justificaria esses valores seria: as atividades econômicas de Alfenas poderiam estar mais assentadas em atividades que demandavam mais mão de obra, sobretudo, cativa, como, por exemplo, a agricultura – sendo provável, inclusive, que na década de 1880 já houvesse uma produção cafeeira na localidade –; enquanto em Formiga as atividades econômicas demandariam menor quantidade de mão de obra escrava, a exemplo: práticas mercantis.

5. CONCLUSÃO

Os dados preliminares desta pesquisa contribuem para ampliação do debate histórico acerca da economia do Oeste e Sul de Minas e sua integração com os mercados da Corte e de exportação, tendo em vista que a quantificação e seriação da documentação até aqui computada permite caracterizar, ainda que de modo preliminar, o cenário econômico e social das cidades de Alfenas e Formiga. Em outras palavras, a ampliação do horizonte de análise da História Econômica permite, tanto, uma compreensão mais acurada da sociedade oeste e sul-mineira, quanto, da formação histórica nacional. Mais importante que isso, a presente pesquisa pode dar suporte a pesquisas mais robustas sobre ambas regiões. Uma das possibilidades, por exemplo, é o aumento de entidades do banco de dados atual. Essas novas entidades poderão suscitar novos estudos relacionados à História Agrária e História da Cultura Material, ao quantificar examinando meticulosamente os bens de raiz, os bens móveis, e ou à escravidão, computando detalhadamente os registros de escravizados.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Marcos Ferreira de. **Elites regionais e a formação do estado imperial brasileiro**: Minas Gerais - Campanha da Princesa (1799-1850). 2ª Ed. Belo Horizonte, Fino Traço: 2014.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. **Homens de Grossa Aventura**: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). (2ª ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. **A princesa do oeste e o mito da decadência de Minas**: São João del Rei (1831-1888). São Paulo: Annablume, 2002.

MATTOSO, Kátia M. de Queiróz. **Bahia Século XIX**: Uma Província no Império. Nova Fronteira: Rio de Janeiro, 1992.